

Proposta de plena indexação da economia volta ao debate

MÔNICA MAGNAVITA e MARIZA LOUVEN

Três anos depois de formulada, a proposta de indexação plena da economia, conhecida como "OTNização", dos pais do Cruzado, André Lara Rezende e Pérsio Arida, volta a ser discutida como alternativa para a crise econômica do País. A expectativa em relação a um novo choque (congelamento de preços), é geral, mas antes mesmo de implementado ele já caiu em descrença popular. Por isso, medidas chegadas a uma indexação plena da economia, com reajustes mensais de todos os contratos, começam a ganhar corpo nos meios políticos, mas foram alvos de críticas dos economistas ouvidos pelo GLOBO.

Cansados de truques e soluções mágicas, esses economistas, de tendências ortodoxas e heterodoxas, chegaram a uma mesma conclusão: a saída para a crise econômica do País é política. Isso significa reestruturação dos partidos, definição da Constituição e a eleição de um Governo com legitimidade para adotar medidas ainda que impopulares a curto prazo, mas eficazes a médio prazo e capazes de recolocar o Brasil no caminho do crescimento auto-sustentado.

Principalmente, trata-se de empossar um Governo que não precisasse fazer concessões políticas para se manter (leia-se subsídios), verbas extras para Estados e Municípios e empréstimos favorecidos a empresas privadas, como os que foram feitos recentemente à Sharp e à Transbrasil.

Uma hiperinflação em OTN. É isso o que aconteceria na opinião do economista Dionísio Dias Carneiro, Diretor do Departamento de Economia da PUC carioca, se o Governo tentasse, agora, adotar um plano semelhante à proposta que ficou conhecida como Larida (Lara + Arida). A razão é técnica, mas simples.

De acordo com o professor, um dos pré-requisitos para a indexação plena da economia é uma inflação estável, o que, como se sabe, não existe neste momento. Isto porque, se a inflação na moeda antiga, em cruzados, não estiver estabilizada, ela será repassada para a nova moeda, no caso OTN, caminhando rapidamente para a hiperinflação.

Essa também é a opinião do pro-



Os altos e baixos registrados a partir de 1986 deixam claro que a inflação está longe de ser estável e inercial, o que só ocorreu no início dos 80

fessor de Macroeconomia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Secretário Municipal de Planejamento, João Maia, para quem a inflação não é mais inercial, como avaliavam os autores da proposta original de "OTNização". Neste momento, ela é gerada, principalmente, pelas expectativas de um novo choque econômico, que tem levado a aumentos defensivos de preços. Como o Governo não tem credibilidade, o efeito da medida deverá ser o maior desajustamento da economia, afirma.

Menos pessimista, o Vice-Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), Paulo Guedes, acredita que um plano desses até pode dar certo, mas para isso o Banco Central precisa combater o déficit público para que não haja inflação na moeda antiga, que seria repassada para a nova moeda.

O sucesso do programa, disse, estaria vinculado a medidas ortodoxas, mas o Governo não tem respaldo político para adotá-las. A "OTNização", explicou, prevê a utilização de uma nova moeda forte, como o dólar. A diferença é que todos os pagamentos seriam feitos em cruzados.

A indexação plena da economia, diz Guedes, é uma faca de dois gumes, porque se o Governo praticar uma política monetária e fiscal mais

frouxa, aumentando a liquidez, o plano vai desaguar rapidamente em uma hiperinflação, como previa o professor Dionísio Carneiro. Mas se, por outro lado, o Banco Central for independente e, portanto, capaz de reduzir a expansão da moeda, o impacto da queda da demanda será transferido para os preços sem uma correlata queda da produção, evitando a recessão.

A economista Maria Silvia Bastos Marques, da Fundação Getúlio Vargas, concorda com Guedes quando ele aponta o combate ao déficit público como pré-requisito para um programa de indexação plena e por tabela ao controle da inflação. Essa é, também, a opinião de João Maia. Com isso, não haveria pressões de demanda que pudesssem acelerar a taxa de inflação. No plano elaborado por Arida e Lara Resende, a estabilidade dos preços na nova moeda, OTN, dependeria essencialmente da conversão dos valores pela suas médias reais e não pelos picos.

A inflação brasileira, neste momento, tem origem nos problemas monetário e fiscal clássicos, afirma o professor de finanças da FGV e Diretor do Banco Garantia, Arminio Fraga Neto. O efeito da "OTNização" seria desorganizar ainda mais a economia, levando, certamente, em pouco tempo, ao surgimento da infla-

ção na nova moeda, porque as causas básicas não teriam sido atacadas.

Mas tanto Sílvia quanto Dionísio argumentam que a economia se encontra totalmente desajustada, diferente do período que antecedeu o Plano Cruzado, e, portanto, essa conversão dos contratos pela média seria extremamente difícil. Ela defende a austeridade, combinada à política de rendas, mas, como os outros economistas consultados, reconhece que neste momento esse tipo de solução é inviável. Novamente, a questão aqui é política.

Para Paulo Guedes, uma das vantagens da "OTNização" é manter curta a memória da inflação. Mas Dionísio considera que isso teria de vir depois de algum choque de desindexação da economia, para que se eliminasse de antemão o elo entre a inflação passada e a futura. "Enquanto esse choque não for feito, acrescentou Dionísio, qualquer tentativa de reduzir a memória é uma loucura". Mas apesar das diferenças, todos concordam com um aspecto: se o Governo não conseguir controlar o déficit e começar a emitir OTN, a inflação futura será em OTN.

De acordo com o Vice-Presidente do Ibmec, com exceção dos salários, a economia do País já está praticamente "OTNizada", só que operando na informalidade. "A inflação está tão alta, avalia Guedes, que o setor privado trabalha encurtando a memória dos indexadores, que era o objetivo do plano Larida". Se o programa fosse implementado agora, todos os contratos seriam corrigidos pela média e "OTNizados" depois. Inclusive os salários.

Mas Dionísio argumenta que se isso foi possível antes do Plano Cruzado, neste momento traria perdas substanciais para muitas categorias. Isso porque, naquela época, havia uma política salarial definida e os salários estavam mais alinhados.

Atualmente, não existe sequer política salarial, o Plano Bresser pegou os salários relativos de uma forma muito desigual, as categorias mais organizadas conseguem antecipação da Unidade de Referência de Preços (URP), reajustes antes dos dissídios etc, enquanto as outras seguem a política do Governo. Isso significa que um reajuste pela média, e não pelo pico, iria prejudicar muitas categorias.